

O Brasil diante da crise

Divulgou-se recentemente (ver coluna de Celso Pinto, Folha e JB de 20/10/98) o índice de risco de um dos grandes bancos americanos, segundo o qual o "risco do Brasil, hoje, é tão alto quanto era o da Rússia antes da moratória e da desvalorização cambial".

Temos aí um exemplo flagrante da distorção, por instituições do

mercado, a que pode levar a utilização de um índice de risco – não importa quais os seus méritos ou deméritos – como substituto da análise política e econômica do País, que exige anos de acompanhamento cuidadoso. Pois só quem não conhece nada sobre a Rússia e o Brasil pode aceitar uma conclusão como a citada.

Para quem (como eu) visitasse a Rússia um mês e meio antes da moratória de agosto, o panorama encontrado era o de um país em luta diária para preservar um mínimo de (aparente) normalidade econômica e política, sem tirar a vista do abismo próximo. Isso como resultado, entre outras coisas, de se ter embarcado numa aventura política, quando a nação abandonou Gorbachev para entregar-se à liderança errática de Yeltsin.

Do ponto de vista estrutural, enfrentava a Rússia, aos tropeções, o desafio monumental de ter de construir simultaneamente a democracia (que jamais conhecera, em toda a sua história, pois sempre fora dominada por autocratas, antes do regime totalitário soviético) e a economia de mercado (sobre os escombros de uma economia de planejamento centralizado, que durara 70 anos). Nesta última área, ha-



O desafio para o País é realizar dois ajustes: o fiscal e o do balanço de pagamentos

via, de um lado, o problema de um Estado ainda incapaz de cobrar impostos e, de outro, a ausência de instituições elementares do capitalismo, como regulamentação do direito de propriedade ou do sistema de patentes, a ética de negócios e até mesmo, por parte da maioria da população, o entendimento do "espírito da coisa". Ou seja, do comportamento dos agentes numa

economia de mercado: grande parte dos assalariados, em atividades privadas, ainda se comporta como se eles fossem funcionários públicos.

Ora, a situação do Brasil nada tem que ver com tudo isso. Na presente década, bem ou mal, iniciamos a construção de um modelo de economia internacionalmente competitiva, com estabilidade de preços e um grande programa de privatização, para substituir o antigo modelo do "nacional-desenvolvimentismo".

Por problemas que não cabe aqui discutir, o desafio, para o Brasil, é realizar dois ajustes, como é sabido: o ajuste fiscal e o ajuste do balanço de pagamentos (para ter um déficit em conta corrente sustentável). E o País vinha procurando realizar esses ajustes, numa perspectiva de médio prazo (de três a cinco anos), até que, há cerca de dois meses, se instalou o pânico nos mercados financeiros, em relação aos países ditos "emergentes", e começou a sangria cambial diária, no bojo de um problema de credibilidade.

A resposta a essa crise de credibilidade começou com o pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 23 de setembro, dizendo que o Brasil faria um ajuste fis-

cal de grande porte já em 1999.

O que é importante, agora, é definir para o País uma estratégia que lhe permita não mais ficar à mercê de avaliações como a de início referida.

O primeiro elemento dessa estratégia o governo já estabeleceu: o ajuste fiscal, como pedra angular, compreendendo duas linhas de ação.

De um lado, um ajuste imediato, para 1999, segundo o acordo com o FMI, e atuando, simultaneamente, na geração de um superávit primário de 2,6% do PIB e na redução significativa da taxa de juros.

De outro, a atuação de caráter estrutural, a médio prazo, objetivando a solução duradoura, que represente, segundo o ministro Malan, um novo regime fiscal. Atuação compreendendo as reformas (da Previdência, administrativa, tributária, política), na sua aprovação, regulamentação e execução; o esforço de melhoria de arrecadação (sem aumento de alíquotas ou a criação de novos tributos); o aumento da eficiência dos gastos públicos e o controle de resultados; a Lei de Responsabilidade Fiscal, etc.

O segundo componente da estratégia é a demonstração de ser o Brasil capaz de adotar padrão de comportamento de país maduro, internacionalmente. Trata-se do que o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, denomina postura de *mainstream*: adequação às regras do jogo internacional (inclusive às normas da OMC, em matéria de comércio). Consequência natural disso é não interessar ao Brasil nenhuma reação à crise na base de controle de câmbio, controle de importações ou, muito menos, moratória da dívida.

Tal comportamento de *mainstream* nos permitirá destacar a especificidade do Brasil, que não aceita rótulo de

emergente nem nenhum outro. E valorizar a sua trajetória própria, no esforço de converter um país continental numa economia internacionalmente competitiva (poucos sendo os modelos desse tipo, talvez apenas os Estados Unidos).

O terceiro elemento é incorporar à nossa visão estratégica de longo prazo as lições já evidentes da atual crise financeira. De um lado, que poupança externa é algo complementar. Ou seja, o déficit em conta corrente não deve ultrapassar, digamos, 2% do PIB. A idéia de que déficits em conta corrente de 4% a 5% do PIB seriam sustentáveis foi uma espécie de "conto dos emergentes" que certas áreas da comunidade financeira internacional procuraram vender na década de 90 (para retrair-se, inopinadamente, quando a Rússia caiu).

De outro lado, que um modelo de economia internacionalmente competitiva só é sustentável se as exportações crescerem a taxas elevadas (normalmente, pelo menos 10% ao ano), e acima do aumento das importações. Isso é tanto mais óbvio no caso brasileiro, que já carrega grandes déficits em serviços como turismo e fretes (e precisa ter déficit considerável em tecnologia), sem falar na conta de juros.

Ainda de outro lado, que nossas alianças estratégicas devem ser com os investidores que têm interesses *permanentes* no Brasil. A começar por empresas multinacionais (médias também, além das grandes) e alcançando bancos e fundos interessados em manter relação duradoura com o País.

Essa idéia de aliança de longo prazo é que deve orientar toda a regulação de nossas relações de investimento direto (como já se fez), assim como de fluxos financeiros e fluxos de mercados de capitais.